



SAÚDE PÚBLICA

Rigor redobrado para realizar transplantes

Depois que dois pacientes foram infectados por HIV, no Rio de Janeiro, devido à desídia do laboratório que deveria examinar os órgãos doados, ministra Nísia Trindade anuncia reforço no protocolo de análise

» RENATO SOUZA

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou, ontem, que a portaria que normatiza a realização de transplantes no país será revista. A decisão decorre da infecção pelo HIV em pacientes transplantados, no Rio de Janeiro. O caso ocorreu após o laboratório PCS Lab Saleme, cuja sede é em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, não realizar os exames necessários para descartar a presença do vírus no organismo de dois doadores.

Segundo Nísia, apesar de a portaria ser considerada clara, a proposta do Ministério da Saúde é aprimorar os procedimentos de doação. “As regras do sistema nacional de transplantes sempre foram muito rígidas. Mas queremos avançar nos testes em toda a rede e nos instrumentos para aperfeiçoamento. Então, a portaria tem a ver com isso”, explicou, ao participar de evento no Supremo Tribunal Federal (STF).

A ministra destacou, mais uma vez, que haverá uma investigação aprofundada sobre as infecções no Rio de Janeiro, tanto que o episódio está a cargo da Polícia Federal (PF). “Temos que fazer uma profunda investigação desse fato lamentável. Lá, estamos trabalhando no cuidado com as pessoas que, infelizmente, passaram por esse processo inadmissível, de receber um órgão que tem a infecção pelo HIV. Será feita uma auditoria em todos os procedimentos”, enfatizou. Ela ressaltou que os transplantes no Brasil passam por normas técnicas reconhecidas internacionalmente e que os procedimentos são seguros.

Prisões

O Ministério da Saúde soube das infecções por HIV em transplantados no Rio de Janeiro há cerca de um mês. Desde então, vem sendo feito o rastreamento dos pacientes que receberam os órgãos e outras medidas foram tomadas — como o descredenciamento e a interdição do PCS Lab Saleme, substituído pelo Hemorio

Fernando Frazão/Agência Brasil



PCS Lab Saleme deveria atestar a integridade dos órgãos destinados à doação. Foi interditado pela Anvisa por emitir falsos laudos negativos

Ministério da Saúde



As regras do sistema nacional de transplantes sempre foram muito rígidas. Mas queremos avançar nos testes em toda a rede e nos instrumentos para aperfeiçoamento. Então, a portaria tem a ver com isso”

Nísia Trindade, ministra da Saúde

para a realização dos exames.

A infecção de transplantados levou à prisão de quatro pessoas: o biólogo Cleber de Oliveira dos Santos, técnico de laboratório responsável por fazer a análise clínica no material que chegava da Central Estadual de Transplantes; da auxiliar administrativa Jacqueline Iris Bacellar de Assis, cuja assinatura aparece em um dos laudos que atestaram que os doadores de órgãos

não tinham HIV; de Ivanilson Fernandes dos Santos, técnico de laboratório contratado pelo PCS Lab Saleme para fazer análise clínica no material que chegava da Central Estadual de Transplantes; e de Walter Vieira, sócio e responsável técnico do laboratório e signatário de um dos laudos errados. Vieira também é tio do deputado federal Doutor Luizinho (PP), ex-secretário de Saúde do Rio de Janeiro.

DESCOBERTA HISTÓRICA

Seca no Madeira traz à tona destroços de navio dos EUA

» VITÓRIA TORRES*

A seca severa que atinge o Rio Madeira, no Amazonas, trouxe à tona os destroços de um navio norte-americano, naufragado no século XIX. A embarcação, encalhada no Pedral do Marmelo, no município de Manicoré, foi avistada pela primeira vez em sua totalidade por marinheiros e pescadores da região. O baixo nível do rio, que chegou a apenas 10,53m, expôs o naufrágio histórico. De acordo com relatos de moradores das comunidades locais, em secas passadas partes dos destroços ficavam à mostra, mas eram muitas vezes confundidos com pedras.

Acredita-se que a embarcação, de origem norte-americana, tenha naufragado no século XIX, mas poucos detalhes sobre sua missão na Amazônia são conhecidos. Pesquisadores e historiadores estão investigando as

circunstâncias do afundamento e o que o navio fazia na região.

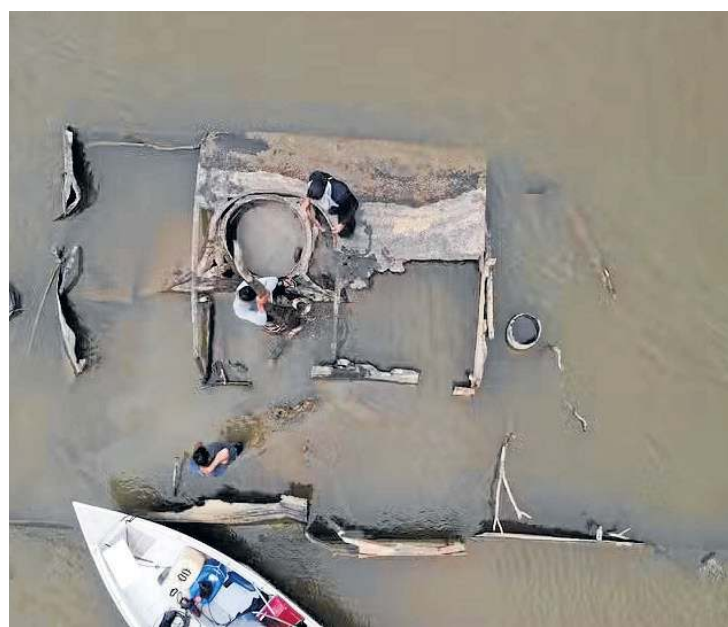
Segundo o historiador Roberto Alberto, a Amazônia sempre foi uma rota de interesse internacional desde o período colonial. Ele assegura que as margens dos rios abrigam muitos segredos do passado.

“O Madeira era uma das principais rotas de comércio e exploração. Não é surpreendente encontrar vestígios de embarcações estrangeiras, principalmente porque a região era de difícil navegação naquela época. Esses achados mostram o impacto da seca, mas, também, trazem à tona elementos importantes da nossa história”, observa.

Pouca chuva

As chuvas que começaram a cair sobre Rondônia e Amazonas,

Reprodução



Pesquisadores não sabem dizer o que a embarcação fazia na região

em setembro, deveriam trazer algum alívio para a baixa do rio, mas o volume ainda é insuficiente para reverter a situação. O nível do Madeira vem descendo a mínimos históricos, comprometendo

a navegação, o abastecimento de água e a rotina das comunidades que dependem dele. A maior parte da vazão do Madeira vem dos territórios do Peru e da Bolívia.

“É um fenômeno complexo.

As chuvas localizadas em algumas áreas não são suficientes para restaurar o fluxo dos grandes rios, que dependem das chuvas nas cabeceiras, principalmente em outros países”, explica a climatologista Lays Regina.

A seca não afeta apenas o Madeira. Em todo o Amazonas, 62 municípios foram declarados em estado de emergência devido à falta de chuvas e às queimadas, que pioram a crise. Segundo a Defesa Civil do estado, mais de 800 mil pessoas foram impactadas pela estiagem.

A crise hídrica, somada às queimadas, tem sido apontada como uma das piores dos últimos 42 anos na região. As chuvas começaram a ser registradas apenas em setembro. Em Porto Velho, por exemplo, o acumulado de chuvas no mês passado foi de 75 mm, bem abaixo do necessário para restabelecer o fluxo natural do Madeira.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

CLIMA EXTREMO

Aporte para preservação cria impasse antes da COP

» CAMILA CURADO

Os chefes de Estado e de governo que estarão em Baku, no Azerbaijão, em novembro, para a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP29) têm de resolver, antes, um impasse: chegar a um acordo sobre cinco pontos relacionados aos fundos de financiamento para as mudanças climáticas. Isso porque há muitas dúvidas, entre os representantes das nações, sobre a transparência, os valores, os financiadores e os receptores dessas quantias, o tempo de duração do repasse de recursos e aquilo que será financiado.

Essas questões deveriam estar contempladas pela Nova Meta Quantificada Coletiva de Financiamento Climático, prevista no Acordo de Paris, em 2015. Mas as discussões não avançaram e, por causa disso, está formado o impasse.

“A metodologia [sobre o detalhamento dos cinco pontos] acaba sendo liderada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Então, não dá para ter detalhes sobre os financiamentos, como quanto é pago e por quem, ou qual a destinação da verba, por exemplo. Para o sucesso da nossa própria COP, precisamos que isso seja resolvido na convenção deste ano”, enfatizou Ana Toni, secretária nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A OCDE — que conta com mais de 30 países-membros, a maioria europeus — tem a incumbência de gerenciar os fundos para as mudanças climáticas.

“A pergunta sobre o que é financiamento climático já é um grande debate em si”, completou o embaixador André Corrêa do Lago, secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), dando uma ideia da dificuldade em se chegar a um consenso.

A crítica sobre a distribuição de investimentos se estende às ações relacionadas à biodiversidade, contempladas pela Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP16), em Cali, na Colômbia, dia 21. O presidente Luiz Inácio da Silva não confirmou se participará dos dois eventos.

Além do dinheiro

Porém, segundo Corrêa do Lago, a preocupação do Brasil vai além da definição sobre o financiamento de programas e iniciativas de preservação do planeta e para a fórmula que se encontrará para que os repasses financeiros sejam realizados. O embaixador salienta que a injeção de dinheiro é um passo, mas não o decisivo. “Para combater as mudanças climáticas, é necessário incluir a pauta do clima na lógica de todas as atividades econômicas”, explicou.

“Existem pontos de tensão nas negociações da COP29. Entre os mais de 20 temas da agenda, há dois centrais: o financiamento destinado à biodiversidade e a complexidade do Protocolo de Nagoya”, disse a ministra Maria Angélica Ikeda, diretora do Departamento de Meio Ambiente do MRE. O protocolo, firmado pelo Brasil em 2021, deveria contribuir para a preservação da biodiversidade genética. Mas, segundo a diplomata, os recursos financeiros recebidos não passaram de 1% do valor total prometido.